

A tríade dialética espacial de Henri Lefebvre

Henri Lefebvre's spatial dialectic triad

*Keidy Narelly Costa Matias*¹

¹ Mestre em História e Espaços pela UFRN, graduada em História e graduanda em Filosofia (sempre pela UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0964579124081053> E-mail: keidy.matias.074@ufrn.edu.br.

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar um estudo introdutório ao pensamento espacial do filósofo francês Henri Lefebvre. Este filósofo possui uma extensa obra, que engloba variados temas contemplados pela Filosofia e, aqui, iremos nos pautar, notadamente, em sua tríade dialética sobre o conceito de espaço, esquematizando suas categorias conceituais e discutindo-as quando oportuno. Assim, os conceitos de espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial serão apresentados, acompanhados de seus respectivos pares dialéticos. Todos os espaços carregam subjacentes possibilidades de transformação do mundo, de uma utopia do possível.

Palavras-chave: Henri Lefebvre; Espaço Social; Vida Cotidiana.

ABSTRACT

This text aims to present an introductory study to the spatial thinking of the French philosopher Henri Lefebvre. This philosopher has an extensive work, which encompasses various themes contemplated by Philosophy and, here, we will be guided, notably, his dialectical triad on the concept of space, outlining their conceptual categories and discussing them when appropriate. The concepts of absolute space, abstract space and differential space will be presented, accompanied by their respective dialectical pairs. All spaces have possibilities for transforming the world, for a utopia of the possible.

Keywords: Henri Lefebvre; Social Space; Everyday Life.

1 Todo espaço é social

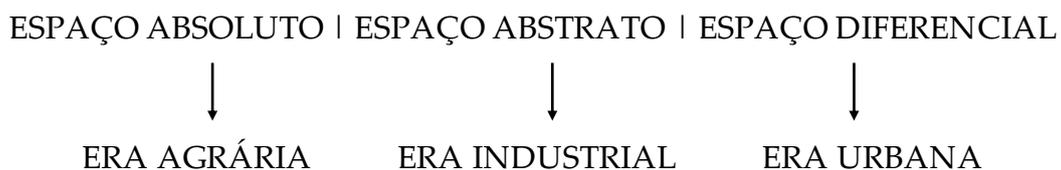
“O Espaço! Não faz muitos anos que esse termo tão somente evocava um conceito geométrico, o de um meio vazio. Nos círculos instruídos, era acompanhado por algum epíteto culto, como ‘euclidiano’, ‘isotrópico’ ou ‘infinito’. Em geral, pensava-se que o conceito de espaço englobava a matemática — e somente ela” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 63). Um dos responsáveis pela superação desse conceito restrito de espaço é Henri Lefebvre que, por sua vez, atuou no sentido de incluir as pessoas no espaço, atribuindo-o, definitivamente, o seu caráter social. Assim, afiançamos que todo o espaço é social. É com essa concepção e com os conceitos dela derivados que iremos trabalhar durante este artigo. Interessa destacar que “analisar o espaço social é considerar, antes de mais, a maneira como a natureza é moldada pela atividade colectiva” (FERNANDES, 1992, p. 61) e, sobre isso, é necessário que tenhamos em mente que a conceituação lefebvriana engloba perspectivas diacrônicas e sincrônicas, sobretudo porque ele não realiza uma separação do duplo espaço-tempo — e é também por isso que o espaço é social: porque se mistura ao tempo.

O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas (SCHMID, 2012, p. 91).

“Nenhum espaço chega a desaparecer por completo; nenhum espaço é abolido sem deixar rastros. Mesmo Troia, Susa ou Leptis Magna persistem como espaços superpostos, ocupados pelas sucessivas cidades” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 212). Considerando essas particularidades do espaço social, Lefebvre (2013b [1985], p. 123) afiança que é impossível tratar o espaço como um “contentor sem

conteúdo”, ou seja, como algo dado, vazio e que nada diz. O espaço fala e, assim sendo, todo o espaço é social consoante ser produzido pelas ações humanas. Não há espaço que esteja alheio a essa perspectiva, seja ele um espaço de representação, uma representação do espaço ou uma prática espacial. O espaço é produzido porque existe uma ação humana sobre a primeira natureza; a essa ação Henri Lefebvre denomina de “trabalho”. Assim sendo, “a natureza não trabalha; e esta é uma de suas características: a natureza cria” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 127). Por sua vez, “o ‘homem’, isto é, a prática social, cria obras e produz coisas” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 127). Em outras palavras, a primeira natureza não consegue refletir sobre a sua razão de ser, mas mesmo assim cria obras; o homem, por sua vez, ciente de sua capacidade criadora e de suas necessidades, é capaz de criar e de reproduzir, utilizando-se da primeira natureza para gerar uma segunda natureza, oriunda de sua ação (LEFEBVRE, 2013 [1974]).

Assim como o rumo da história, o espaço está em constante movimento. É nesse contexto que a concepção triádica da teoria espacial lefebvriana pode ser melhor compreendida. Em outras palavras, Henri Lefebvre concebe a história humana como um todo, mas ele a divide em três grandes partes, conceituando-as com base nos processos históricos que as caracterizam. Dessa forma, Lefebvre realça três grandes recortes espaciais que, respectivamente, carregam consigo três grandes recortes temporais, denominados de eras:



Essa divisão espaço-temporal segue sua própria dinâmica histórica. Na verdade, Henri divide a história em três grandes períodos ou momentos, cada um sendo caracterizado por algumas especificidades. Sobre a Era Agrária, trata-se do

momento que abrange desde o domínio da agricultura nas sociedades antigas até o final do feudalismo (séc. XV) e o início das revoluções burguesas (1640-1850), quando a Europa passou a ser governada por monarquias absolutas. Neste momento, a Era Agrária cedeu lugar à Era Industrial.

Se, na Era Agrária, o valor de uso sobrepuja o valor de troca, na Era Industrial, essa relação se inverte. Na Era Agrária havia um predomínio cultural sobre o econômico, as relações entre as pessoas eram desprovidas da selvageria imposta pelo capitalismo. Entretanto, na Era Industrial, o capitalismo emerge e, com ele, um aumento das desigualdades sociais e uma ascensão do poderio econômico. A economia passa a governar as ações humanas, o lucro passa a ser mais importante do que a boa convivência; o individualismo dissolve o valor de uso e as pessoas passam a se enxergar como concorrentes. Não obstante as monarquias absolutistas passarem a ser o modelo de governo majoritário no território europeu, a ideia de deus perde centralidade. Na verdade, o centro passa a ser o monarca, supostamente ungido pelos desígnios de deus. Em outras palavras, a dimensão mágico-religiosa da sociedade agrária, na qual deus tinha uma dimensão totalizante, é fulminada por um período no qual o culto se desloca para os homens e o poderio econômico passa a comandar as relações sociais.

Em relação à Era Urbana, a primeira coisa a se fazer é esclarecer uma confusão que, comumente, é tomada como verdade. Lefebvre nos diz que nem toda cidade é urbana; não é possível dotar de organicidade uma cidade grega antiga e uma cidade moderna. Não é possível porque, definitivamente, o urbano requer algo que, nas sociedades antigas, não existia nas relações sociais, a saber, o processo industrial. Em outras palavras, a “sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*” (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 13; itálico no original). A sociedade urbana é o resultado da sociedade industrial, pelo que se explica ser possível encontrar as duas eras convivendo mutuamente. Na verdade, no livro *A Revolução Urbana* (2008

[1970]), Lefebvre aponta que a sociedade urbana é *pós-industrial*, mas que prefere utilizar a denominação de *sociedade urbana* para que esse momento seja melhor demarcado.

Por fim, interessa destacar que a denominação do tempo, na obra lefebvriana, segue duas ramificações claras: ele denomina de *período* a longa duração da história; as três eras são períodos. No interior desses períodos existem as *fases*, que demarcam as transições de um período para outro. Além disso, cada grande período possui uma combinação triádica, como podemos perceber no esquema que se segue:

Esquema 1 – Composição esquemática da tríade dialética do conceito de espaço social.



Esquema 1 – elaboração de Keidy Matias (2020).

1.1 Espaço Absoluto

Que é o espaço absoluto de Henri Lefebvre? O espaço absoluto é,

pontualmente, um espaço teopolítico. Trata-se de um espaço que aparece, em essência, durante a Antiguidade. “É no espaço absoluto que a vida humana está mais intimamente ligada a uma ‘primeira natureza’, seus ritmos e suas forças” (BUTLER, 2003, p. 95). Lefebvre (2013 [1974], p. 278) nos diz que “o espaço absoluto, religioso ao mesmo tempo em que é político, implica instituições religiosas que o submetem a dois grandes procedimentos: a identificação e a imitação. Essas categorias mentais, destinadas a se converterem em categorias do imaginário e do pensamento reflexivo, aparecem como formas espaciais”; elas são importantes na teoria lefebvriana, sobretudo, porque revelam uma espécie de realização do mental e desvelam uma dupla forma de existência do espaço absoluto.

Por um lado, o espaço absoluto não tem senão uma existência mental, assim pois, “fictícia”; mas, por outro lado, também tem uma existência social, uma “realidade” específica e poderosa. O “mental” se “realiza” em uma concatenação de atividades “sociais”, porque a ficção se torna realidade no Templo, na Cidade, nos monumentos e nos palácios (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 291).

Mas o que isso significa? Significa que o espaço absoluto é o mental realizado e que tal realização precede de uma ação humana — essa realização corresponde a uma produção do espaço. Se o mental se torna real nos monumentos, torna-se também real nos textos, ou seja, tudo o que existe no mundo sensível é oriundo de uma realização mental que, por sua vez, não aparece do nada; não é um estalo. Trata-se sempre de uma confluência entre o real e o mental, como se um levasse ao outro até que se tornem a mesma categoria. O espaço absoluto corresponde “ao espaço dos santuários”. Trata-se, inclusive de “um pequeno templo, uma modesta capela em uma aldeia. Quanto ao espaço dos túmulos, quando não alberga a um deus ou a um rei, assemelha-se ao nascimento, morte e esquecimento” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 278). Em outras palavras, o espaço absoluto lefebvriano corresponde ao mundo dos vivos e ao mundo dos mortos, em um tempo da história humana no qual o valor de uso e a prática social ajudam a explicar a relação entre as pessoas e a

natureza.

Ritualmente vinculável a qualquer lugar e, em consequência, susceptível a desprender-se dos lugares, o caráter “absoluto” tem necessidade de uma marca que o identifique. Engendra formas e as formas o albergam. Essas formas são compêndios do universo: o quadrado (a mandala), o círculo, a esfera, o triângulo, um volume racional ocupado pelo princípio divino, a cruz etc. (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 278).

A produção do espaço absoluto possibilita a existência dessas formas apresentadas por Lefebvre. Estas aparecem como tumbas, templos e outros monumentos, mas aparecem, especialmente, como textos que, por sua vez, estão grafados nessas tumbas, nesses templos e nesses monumentos. Isso ajuda a explicar a intensa relação que a produção escrita dos antigos possui com o espaço absoluto lefebvriano. Sabemos que a “realização do mental”, mencionada por Lefebvre, engloba a produção do espaço absoluto na medida em que as pessoas passam a produzir esses monumentos como maneiras de tornar suas necessidades na outra vida palpáveis, especialmente em sociedades cuja ideia de ateísmo não existe. Em *Toward an Architecture of Enjoyment* (Por uma/Rumo a uma Arquitetura do Prazer, em tradução livre), livro recém-publicado, Henri Lefebvre explica as nuances da estreita correlação entre os vivos, os mortos e as necessidades destes em relação à monumentalização. Lefebvre defende que as marcas que identificam o espaço absoluto como tal são, sobretudo, sociais. Mesmo quando consideramos a dupla existência “fictícia” e real do espaço absoluto, temos de perceber que o fictício é a existência por excelência; o real, no espaço absoluto de Lefebvre, é o mental realizado.

Não existe uma arquitetura da morte, apenas uma arquitetura dos ritos fúnebres. Esses ritos são de origem social, surgem em uma sociedade particular, que mantém um relacionamento com aqueles que não estão mais com eles, seus ancestrais e, às vezes, seus fundadores. Inexpressível, irreversível, a morte não cria nada, não

nos permite construir nada. Os ritos funerários têm um significado preciso: eles nos impedem de esquecer, mas o mais importante é que eles garantem que os mortos não podem causar danos e podem até nos olhar com favor (LEFEBVRE, 2014, p. 6).

Lefebvre nos ajuda a identificar a dimensão social do espaço absoluto na medida em que nos faz perceber que, mesmo um espaço que, magicamente, deva ser praticado somente pelos mortos, pode ser utilizado pelos vivos. Assim, o mundo dos mortos possui uma concepção utilitarista tanto para mortos (que poderão acessar à vida eterna) quanto para vivos (que poderão se libertar de quaisquer ameaças que os mortos possam representar).

Os mortos são classificados entre os poderes ctônicos ou cósmicos e, como tais, são potencialmente perigosos. Eles podem buscar vingança por uma lesão ou injustiça experimentada durante sua vida, por quaisquer insultos que possam ter ocorrido após sua morte, e até mesmo pela falta de lembrança, de veneração. Ritos funerários protegem os vivos; eles exorcizam o falecido e a morte em geral. Eles dependem de religião ou magia ou ambos. A arquitetura acomoda tais gestos, ritos, cerimônias fúnebres, processos, purificações, ofensas. Isso lhes proporciona um espaço e os torna possíveis (LEFEBVRE, 2014, p. 6).

O espaço absoluto, portanto, é incompatível com as sociedades *industrial e urbana*. Não há espaço para muita sincronia no mundo contemporâneo. O curso da História existe e, em nenhum momento, Lefebvre pretende cultuar um momento em detrimento de outro. Seu objetivo, portanto, consiste em identificar as mudanças que marcam o tempo e que nos permitem identificar claramente que rompemos um elo com o passado, ou seja, que passamos por uma *fase*.

Em 1980, Henri Lefebvre publicou o livro *La Présence et l’Absence: contribution à la Théorie des Représentations*. Nessa obra, Lefebvre assegura que o debate sobre as representações requer uma reflexão sobre a presença da ausência, tendo em vista que toda representação é, em essência, “o duplo e o esquecimento da presença, o substituto que substitui o desaparecimento, assumindo diferentes formas (reflexão,

imagem, sinal etc.)” (LEFEBVRE, 1983 [1980], p. 271). No espaço absoluto, os monumentos são testemunhos materiais da presença da ausência, ou seja, daquilo que não deve ser esquecido. Essa ideia se intensifica na medida em que constatamos que todo texto da Era Agrária é, primeiramente, uma imagem que, por sua vez, “tenta ter acesso à presença. Ele quer surpreender ou retomar uma presença perdida, ou suspender a ausência. Isso explica o seu lado mágico” (LEFEBVRE, 1983 [1980], p. 257). A imagem possui um lugar fundamental nessas sociedades; a imagem assusta, comunica, é vetor de propaganda e de salvação. Todo texto é também uma imagem, tanto comunica textualmente quanto do ponto de vista iconográfico. Dessa forma, na medida em que as pessoas recorrem aos textos e aos monumentos, elas almejam garantir a presença de seu passado por meio das representações.

No espaço absoluto, as representações são caracterizadas pela dimensão mágico-religiosa da sociedade — a relação entre a natureza e as representações aparece como uma “realidade sensível e vivida, e que desaparece nos países industriais” (LEFEBVRE, 1983 [1980], p. 268). Para Lefebvre (1983 [1980], p. 268), “o pensamento mágico se torna imaginação quando as palavras que as imagens estimulam pela ausência evocam o distante e conferem uma presença. A imaginação tem alguma magia e a restaura na experiência”. O acesso à presença ocorre por meio das representações, mas interessa destacar que *presença* e *representação* não são sinônimas, haja vista que a *presença* (da ausência) é sempre irreal/abstrata, ao passo que a *representação* (textos, monumentos etc.) é real/concreta (LEFEBVRE, 1983 [1980]). Essa ideia ajuda a explicar a íntima relação entre o espaço vivido e o espaço de representação que caracteriza o espaço absoluto.

Os **espaços de representação** se relacionam ao **espaço vivido**. “Não se submetem às regras de coerência, nem às de coesão. Penetrada pelo imaginário e simbolismo, a história constitui sua fonte, a história de cada povo e de cada indivíduo que a pertence” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 100). O espaço de representação é

vivido, falado; tem um núcleo ou um centro afetivo: o Ego, a cama, o quarto, a morada ou a casa; a praça, a capela, o cemitério. Contém os lugares de paixão, [...] aqueles de situações vividas e, portanto, imediatamente inseridas no tempo. Desta forma, é possível atribuir diferentes qualificações: o espaço de representação pode ser direcional, situacional ou relacional, na medida em que é essencialmente qualitativo, fluido e dinâmico (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 100).

O espaço vivido, na medida em que permite a completa manifestação das pessoas, porta-se como um caminho para a diluição das barreiras entre o vivido e os outros dois espaços. Dessa forma, por meio da apropriação da vida cotidiana é que é possível escapar dos grilhões da propaganda, dos tecnocratas e do capitalismo e, efetivamente ter direito à cidade, à vida, à liberdade. Em resumo, a experiência vivida é tão relacionada com o espaço de representação porque este “é o espaço da imaginação e do simbólico dentro de uma existência material. É o espaço de usuários e habitantes, onde se aprofunda a busca por novas possibilidades de uma realidade espacial” (LOREA, 2013, p. 16).

Na Era Agrária, a natureza como obra foi transformada pela ação humana; foi transformada em política, em economia e em religião. “Desta forma, o espaço é ao mesmo tempo consagrado e salvaguardado no que diz respeito aos poderes benéficos e maléficos: mantém os aspectos que podem favorecer à continuidade social e remove tudo o que possa ser perigoso demais” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 93). Esse caráter mágico-religioso dos espaços de representação somente encontra paradoxos no espaço absoluto, pois “se precisa que o espaço, natural e social, prático e simbólico, apareça povoado por uma realidade superior” (Lefebvre (2013 [1974], p. 93).

A tríade “espaço absoluto-espaços de representação-vivido”, em resumo, “é um fragmento do espaço agro-pastoral: um conjunto de lugares nomeados e trabalhados pelos camponeses ou pelos pastores nômades ou semi-nômades”.

Ocorre que, “em um dado momento, uma parte desse espaço recebe um destino diferente, devido à ação dos senhores ou conquistadores. Desde então, ele anseia por ser transcendente, sagrado (marcado por poderes divinos), mágico e cósmico” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 175).

O paradoxo é, no entanto, que tal espaço não deixa de ser percebido como natureza; além disso, seu mistério, sua natureza dual — o caos e a maldição — são atribuídos às forças da natureza, embora a ação do poder político nela exercida a afaste do contexto natural, adquirindo seu novo significado através dessa ruptura (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 175).

No espaço absoluto reina o valor de uso em detrimento do valor de troca. É nesse espaço que a compartimentalização do cosmos se torna impossível, ou seja, todas as partes formam um único conjunto: o todo (o mundo). O fato de ser um *espaço vivido/espaço de representação* difere o espaço absoluto dos espaços abstrato e diferencial.

O espaço absoluto é também, e acima de tudo, um espaço tanático: um espaço de poder absoluto sobre os vivos (que um único soberano detém). O espaço das tumbas, dos monumentos fúnebres, pertence, portanto, ao espaço absoluto, com um duplo caráter: beleza formal e conteúdo aterrorizante. A beleza formal nos leva ao mausoléu, ao monumento vazio, porém de prestígio. O conteúdo aterrorizante nos leva a um lugar encantado, povoado pelos mortos-vivos (LEFEBVRE 2013, [1974], p. 277).

Tais características são dissolvidas ao final do feudalismo, com o surgimento da sociedade industrial, na medida em que deus perde sua centralidade histórica. “Em todas as sociedades, um pouco por toda parte, o espaço absoluto é carregado de sentidos que não são direcionados ao intelecto, mas ao corpo, através de ameaças, sanções e emoções vivenciadas cotidianamente. É um **espaço ‘vivido’, não concebido, um espaço de representação e não de representação do espaço**” (LEFEBVRE 2013, [1974], p. 277; realce nosso). Interessa destacar que, para o

surgimento de uma nova dinâmica social, a anterior não desapareceu por inteira, pois “o espaço social é múltiplo: abstrato e prático ao mesmo tempo, imediato e mediato. Assim, o espaço religioso não desapareceu com o advento do espaço comercial, mas permaneceu por muito tempo como espaço das palavras e do conhecimento. Ao lado dele, e mesmo dentro dele, havia lugares para outros espaços: o das trocas, o do poder” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 305).

1.2 Espaço Abstrato

Que é essa abstração do espaço? Quais são as suas características? Antes de mais, interessa destacar que o espaço abstrato corresponde, grosso modo, à Era Industrial; trata-se do espaço produzido pelo sistema capitalista. Trata-se de um “curioso espaço, pois é [aparentemente]² homogêneo e, ao mesmo tempo, é composto por guetos. Transparente e aparente: trapaceiro. Falsamente verdadeiro e ‘sincero’: não é o objeto de uma falsa consciência, ao contrário, é o lugar e o meio que engendra (produz) a falsa consciência” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 346). Henri Lefebvre (2013 [1974], p. 322) acentua que o espaço abstrato “é o produto da violência e da guerra; é político e instituído por um Estado, portanto, é institucional. À primeira vista, parece homogêneo. Com efeito, serve de instrumento às forças que fazem uma tábula rasa de tudo o que lhes resiste e ameaça, em suma, as diferenças”.

Por um lado, o espaço abstrato [...] é um campo de ação prática e, por outro, um conjunto de imagens, signos e símbolos. Por um lado, é ilimitado, na medida em que é vazio, mas, por outro lado, é povoado de contiguidades, proximidades (proxemias), distâncias e limites emocionais (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 324).

Em outras palavras, o espaço abstrato é o da aparente uniformização da vida social; da militarização social que o capitalismo procura fazer com todas as pessoas.

² Inserção nossa com o objetivo de retirar uma possível contradição dos parágrafos que se seguem.

Para os capitalistas, trata-se de impor a mesma moda, de reproduzir os mesmos pensamentos ou mesmo o completo abandono do pensar. O viver deixa de existir e passa a ser uma mera repetição dos dias, dos valores, dos salários, da inexistência de convulsões sociais, da alienação da vida e do trabalho. Esse espaço abstrato é tudo aquilo que os tecnocratas querem para a população, tendo em vista que a reprodução das relações de produção e a ausência da criatividade são algumas das mais eficazes formas de perpetuação do poder capitalista. O espaço abstrato é, aparentemente, o esvaziamento completo da criatividade. Lefebvre (2013 [1974], p. 323), contudo, adverte que “o espaço abstrato não é homogêneo. Ele simplesmente tem a homogeneidade como meta, objetivo e orientação. Ele o impõe. Mas, em si, é um espaço plural”.

“Atrás da cortina não há nada para ver”, Hegel diz ironicamente em algum lugar, a menos que “nós” próprios possamos ir para atrás da cortina para que alguém possa ver e para que haja algo para ver. No espaço, ou atrás do espaço, não há substância desconhecida ou mistério. E, no entanto, a transparência engana, tudo se esconde: o espaço é falacioso. Sua armadilha reside precisamente em sua transparência. Portanto, há algo mais do que um jogo de reflexos e espelhos: um jogo de poder e de saber que [só] percebemos ao entrar no espaço, após ter fechado a cortina (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 324).

Na medida em que o espaço abstrato se porta como uma *aparência* é que podemos perceber como são perigosas as suas intenções. Não se trata de um espaço dado, mas de um espaço de poder, onde as arestas entre os exploradores e os explorados nem sempre são aparadas. As pessoas comuns encontram no espaço abstrato um espaço de armadilhas, de estratégias para que não haja nenhum tipo de alteração social. Pontualmente, podemos assegurar que esse espaço surge com o capitalismo e tem na Era Industrial seu par temporal. O espaço abstrato é produtor e é produto; é representação do espaço e, ao mesmo tempo, é um espaço de representação; tanto pode conter ações práticas quanto reservar-se ao campo das

imagens e dos símbolos; pode ser vivido e representado (como o absoluto), mas pode ser estimulante e coercitivo [LEFEBVRE, 2013 [1974]].

Nesse sentido é que, doravante, destacaremos as *representações do espaço* e sua correlação com o *espaço concebido* (ver esquema 1) como características do *espaço abstrato* e seu duplo temporal, a *Era Industrial*.

Representações do espaço é um conceito direcionado aos planejadores e planejadores do espaço, sejam engenheiros, arquitetos, industriais, governantes etc.. Todos aqueles que ordenam e organizam o espaço, por meio da idealização de bairros, ruas, muros e estradas se inserem nessa conceituação. Muitas vezes, a forma antecede a função e os espaços que, por sua vez, deveriam ser pensados para os caminhantes são produzidos para os espectadores do espaço. Assim, a vida dos caminhantes se torna mais difícil na medida em que quase nada que existe foi pensado para eles, sejam as praças, as moradias ou os serviços básicos. Dessa forma, o direito à cidade é invariavelmente retirado da maior parte da população e, com ajuda do espaço percebido, constantemente, as pessoas são ludibriadas e acreditam ser pertencentes a um espaço que já *não* lhes abarca. No entanto, o espaço concebido não é inteiramente ruim. Não existe essa dualidade entre o bom e o mau, pois esse modo de viver também pode desvelar-se e se mostrar como um espaço de negação e de rejeição às imposições dos tecnocratas. Em outras palavras, o concebido pode ser o “espaço do basta!”, da revolução.

A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. [...] Em contrapartida, a raridade do espaço, nas zonas industrializadas e urbanizadas, contrasta com o vazio dos espaços ainda desocupados, os desertos terrestres e os espaços interplanetários; a carestia do espaço, assim ocupado e rarefeito, é um fenômeno recente, com consequências cada vez mais graves (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 54).

Uma das principais problemáticas do *espaço abstrato* abarca a relação entre a

apropriação e a alienação entre as pessoas e o espaço. Mesmo as praças, que são espaços idealizados pelos projetistas, arquitetos e urbanistas (espaços concebidos), não são mais tão ocupadas como deveriam. Ao olharmos a maioria das cidades do Brasil, percebemos que esses espaços de lazer se tornaram espaços vazios, assustadores e sinônimos de periculosidade. O espaço social não foi projetado para usufruto das pessoas, já que a cidade se tornou um conglomerado de muros e tudo que está além desses muros passa a ser temível. Não é raro percebermos a quantidade de condomínios luxuosos que possuem “tudo” no interior de seus muros, desde academias, salões de festas, piscinas, parques e até campos de futebol, quadras de esportes etc. Esse cenário possibilita o esvaziamento dos espaços da cidade e a criminalização daqueles que não pertencem a esses muros. As praças e outros lugares públicos se tornam apenas narrativas vazias e sem sentido de espaços que deveriam ser *ocupados, usufruídos e vividos*.

“Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 54). O espaço abstrato nos tirou a relação com a vivência no espaço. No espaço concebido, a palavra do habitante passa a não ter valor e nem sentido; os transeuntes apenas se deslocam entre suas casas e seus espaços de trabalho (geralmente no interior dos muros) e a cidade se separa entre quem está dentro dos condomínios e quem está fora destes.

É preciso destacar que as barreiras atuais apresentam alguma semelhança com os muros do passado, das épocas de quando as cidades eram cercadas. Havia ali uma estratégia de defesa militar para proteção do povo e da cidade, seja de saqueadores ou de conquistadores. Hoje, em nossa sociedade, nota-se que os pobres foram legados a esses papéis de invasores, enquanto a elite, por sua vez, julga-se pertencente à classe dos soldados ávidos por protegerem seu patrimônio, sob a

desculpa de serem “civilizados”.

A exploração não surge com o capitalismo, mas é inegável que seu modelo cruel de alienação suga todos os direitos a partir da Era Industrial; Lefebvre almeja a superação deste tempo/espaço, ou seja, a superação do engessamento da criatividade imposto pelo capitalismo, por meio de um novo espaço, o diferencial. De toda forma, não é possível, simplesmente, ignorar o espaço abstrato e passar a viver no espaço diferencial, uma vez que somos nós os produtores do espaço e, portanto, os reprodutores de suas relações de produção.

Quando Lefebvre (2013 [1974], p. 86) afirma que “o espaço (social) é um produto (social)”, além de estar a nos dizer que o espaço não é vazio, ele diz que nós somos os responsáveis pelas suas produção e reprodução, ou seja, que nós somos o preenchimento do espaço. Ele tece duras críticas aos tecnocratas, arquitetos, projetistas e ao Estado que, despreocupados com os habitantes, muitas vezes agem mais pensando na forma do que na função, ou seja, no uso³. De toda forma, a classe operária, a qual pertence a maior parte da população mundial, embora nem sempre se identifique com tal classe, é também responsável e reprodutora dos comportamentos reprováveis e ultrajantes presentes no espaço abstrato a partir do capitalismo. Em outras palavras, conforme acentua Lefebvre (2008 [1972], p. 55), “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço”.

A produção do espaço “indica um passo adiante na reflexão arquitetônica e urbanística, ultrapassando esses setores e referindo-se ao conjunto da sociedade. Ela quer dizer que não consideramos o espaço como um dado *a priori*, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 55).

O espaço abstrato compreende a supremacia do valor de troca em relação ao

³ A cidade de Brasília é um bom exemplo dessa crítica de Lefebvre às preocupações formais e não funcionais.

valor de uso; da supressão da natureza em relação à mercadoria. Trata-se do que Marx definiu no *Capital* como “fetichismo do consumo”, quando tudo passa a ser objeto de valor e quando a mercadoria se apresenta como superior à força de trabalho daqueles que a idealizaram. Trata-se de um espaço que tenta, sobretudo, controlar tudo e todos na medida em que é repressivo, reducionista, hierarquizante e segregacionista. Na medida em que tenta ser homogeneizante, apresenta-se como um espaço que procura reduzir as contradições históricas e, além disso, apagar o seu passado, colocando-se como uma invenção nova e sem quaisquer relações com o espaço absoluto que o precedeu. O valor de troca apresenta-se como única alternativa possível. “O surgimento e a formação do espaço abstrato não podem ser datados, não podemos nos referir a eventos ou instituições definidas, mas no final do século XX seus resultados estão aí” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 326).

1.3 Os possíveis: o espaço diferencial

A **prática espacial** é, sobretudo, contemporânea. Trata-se de um fenômeno do tempo no qual vivemos, ou seja, um período no qual lidamos com o dinheiro, com o valor de troca, com as experiências materiais de múltiplas naturezas, com o trânsito das pessoas entre cidades e países, com a comercialização da fé, com o jogo, com a festa, com relacionamentos amorosos e com a cotidianidade. As práticas espaciais, assim sendo, correspondem ao **espaço percebido** que, por sua vez, “está relacionada diretamente aos objetos e aos fenômenos imediatos, carecendo de elaborações simbólicas de cunho complexo. É o campo dos perceptos, embora haja, já aí, o início da incorporação dos objetos e dos fenômenos às estruturas cognitivas” (SERPA, 2005, p. 222). Grosso modo, tudo com o que lidamos em nossas vidas cotidianas faz parte do espaço percebido. É por meio deste espaço que o capitalismo, *e.g.*, tenta nos vender produtos ou mesmo nos transformar em produtos.

Tudo o que é material passa a ser objeto de prazer no espaço percebido. Essa mercantilização integral da vida é assegurada pela ostentação e pelas propagandas.

Assim, tudo passa a ser desejo/decepção, desde os espaços de prazer — como os cassinos e os bares — até mesmo uma roupa que determinada atriz veste em uma novela exibida na televisão, que se torna um fenômeno de vendas e de massificação da moda. Nesse sentido, importa comprar o produto, seja ele original ou oriundo das indústrias de produtos piratas; seja uma joia em ouro produzida em uma joalheria ou uma réplica desta produzida como uma simples bijuteria. Dessa forma, interessa destacar que o espaço percebido tem o poder de massificar pobres e ricos em torno de um só estilo de vida. No entanto, o espaço percebido não é necessariamente ruim, pois com ele é que se pode lutar contra a alienação. Por meio dele, é possível lutar contra ele na medida em que nos recusamos a integrar a sociedade da forma como ela se apresenta. O percebido, então, é também uma forma de recusa e de libertação.

A partir da **prática espacial** e do **espaço percebido**, Henri Lefebvre conceitua o nosso tempo-espaço como **Era Urbana** e **Espaço Diferencial**. Doravante, iremos apresentar como essa conceituação faz parte do que Henri considera ser a *utopia do possível*.

Lefebvre acredita na superação do espaço abstrato pelo espaço diferencial que, por sua vez, corresponde à Era Urbana, quando o lúdico assume seu lugar e a criatividade ganha sobrevida por meio das práticas espaciais. Ele acredita que essas conquistas se correlacionam com a vida urbana, sobretudo por meio da superação das homogeneidades do espaço abstrato e pelo direito à heterogeneidade. Nesse sentido, a práxis lefebvriana não reivindica o direito à igualdade, mas o direito à diversidade, algo que ocorrerá por meio daquilo que Lefebvre (1968; 1970) denominou de “revolução urbana”.

O espaço diferencial é utópico, mas para Lefebvre a palavra *utopia* não carrega o mesmo sentido que possui em Platão. A *utopia lefebvriana* pode ser apresentada como um objetivo possível, uma vez que é oriunda da práxis e da reconquista constante da cidade pelos seus habitantes.

O espaço abstrato, apesar de sua negatividade (ou melhor, em razão dessa negatividade) engendra um novo espaço, o diferencial. A razão pela qual podemos chamá-lo assim reside no fato de que o espaço abstrato tende à homogeneidade, reduz as diferenças ou particularidades existentes enquanto o novo espaço não pode surgir (ou produzir-se) sem acentuar as diferenças. O que esse espaço abstrato separa se torna unido em virtude no novo espaço diferencial: as funções, os elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 110-111).

Em outras palavras, a história, em sua longa duração, possui três eras⁴, a Terceira Era é aquela de superação de parte do capitalismo, ou seja, trata-se do momento mais esperado, da superação da reprodução das relações de produção — trata-se da festa, da criatividade, do direito ao choro e ao riso. Entretanto, no interior de cada um dos três espaços coexistem um sem número de contradições. O espaço diferencial, por exemplo, não é o futuro, assim como o espaço absoluto não é o passado. “Cada lugar e cada momento não têm existência exceto dentro de um conjunto, pelos contrastes e oposições que os ligam aos outros lugares e momentos dos quais se distinguem” (LEFEBVRE, 1970, p. 53-54). Cada espaço é repleto de contradições, de uma riqueza dialética que é o único motor capaz de conduzir os rumos da história.

Não é possível que, em dado momento, a sociedade possa gerar (produzir) um espaço social adequado, onde ele adquira forma apresentando e representando a si próprio, mesmo que não coincida com ele, mesmo que esse espaço seja tanto seu túmulo quanto seu berço. **Estamos falando de um processo.** Para que isto aconteça, é necessário [...] que a capacidade prática desta sociedade e seus poderes soberanos disponham de locais privilegiados: lugares religiosos e políticos (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 93; realce nosso).

É fulcral à construção e ao entendimento do desejado espaço diferencial, considerarmos que Henri defende a supremacia da *qualidade* em oposição total à

⁴ Para lembrarmos: Era Agrária (espaço absoluto), Era Industrial (espaço abstrato) e Era Urbana (espaço diferencial).

quantidade. Esse aspecto é interessante porque, na *Produção do Espaço*, ao refletir sobre as distorções do espaço, Henri defende que a reprodução das relações de produção, além de transformar as *obras* em *coisas*, sublima e bloqueia toda a criatividade necessária à idealização de uma vida cotidiana plena em direitos. Nesse sentido, por meio da apropriação é que são os seres sociais que deverão atuar como defensores e construtores do pensamento criativo. É claro que Lefebvre não está a defender o fim da técnica; não se trata disso. Trata-se tão somente de refletir sobre como a técnica atua como um mecanismo de dominação, ao passo que a técnica usada com criatividade é um dos meios para que a sociedade possa se apropriar da realidade, deixando de ser dominada pelos governos, pelos tecnocratas, pela extrema especialização e pela mídia e passe a ser parte criadora de sua própria realidade.

Henri dispõe, em lados opostos, as forças de dominação e as de apropriação, que estão em constante luta no espaço diferencial. A apropriação é o que pode nos conduzir à revolução total (o fim do estado, conforme Karl Marx). Como partes formantes da dominação, temos: “a empresa, o estado, as instituições, a família, o *establishment* e a ordem estabelecidos, corporações e corpos constituídos de todos os tipos”. Ao passo que ao lado da apropriação, têm-se “formas diversas de autogestão, unidades territoriais e produtivas, comunidades, elites que desejam mudar vidas e tratam de subjugar instituições políticas e os partidos” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 423).

Podemos afirmar que o espaço abstrato, tomado em conjunto com as forças que nele operam, algumas das quais o mantêm enquanto outras o modificam, implicam efeitos de falsa consciência e ideologia. Fetichizado, redutor de possibilidades, encobridor de conflitos e diferenças pela ilusão de coerência e transparência, o espaço abstrato opera ideologicamente. Não deriva de uma falsa consciência ou ideologia, mas de uma prática. Ele mesmo gera sua própria adulteração (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 423-424).

As forças de dominação que atuam no espaço abstrato tentam, a todo

momento, gerir a alienação das classes sociais, por meio da estética, da propaganda e da mídia. Notamos tais forças quando voltamos nosso olhar para as sociedades atuais, quando percebemos, muitas vezes, que a classe trabalhadora confunde-se e passa a defender os capitalistas — e ninguém está isento disto. Tenhamos em mente, portanto, que a oposição **espaço abstrato** *versus* **espaço diferencial** é, em outras palavras, a diferenciação entre tecnocratas capitalistas e o povo. Os dominadores do espaço abstrato orquestram a alienação das liberdades de forma intencional e ideológica. Eles não são inocentes em relação às suas formas de operacionalidade. Já o povo, refém das necessidades impostas pelo capitalismo, geralmente não percebe que é ele próprio que engendra a reprodução das relações de produção.

É exatamente por isso que transformar o espaço abstrato em espaço diferencial é mais difícil do que o contrário. Verificamos isso quando percebemos, por exemplo, todas as inversões orquestradas pelos dominadores no Brasil ao longo da década de 2010. E tais dominadores não são somente brasileiros; tratam-se de forças internacionais poderosíssimas, contra as quais só é possível lutarmos quando percebermos o nosso lugar de povo. Em conclusão, podemos então afirmar que se o espaço absoluto (Era Agrária) parece ser algo superado pelo capitalismo e sua Era Industrial, ainda falta muito para conseguirmos uma total superação e dissolução do espaço abstrato. Lefebvre nos pediu luta e otimismo, para que nossas vitórias e conquistas coletivas e individuais não se percam em meio ao obscurantismo que se apresenta em quase todos os domínios do espaço percebido. Como sempre dizia Lefebvre, “o possível só é possível quando buscamos o impossível”⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Chris. **Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life and the Right to the City**. New York: Routledge, 2012.

⁵ Frase de uso comum de Lefebvre, não havendo uma referência específica.

ENTRETIEN AVEC HENRI LEFEBVRE. **Realização de Michel Régnier.** [S.I]: L'Office National Du Film Du Canada, 1972. Son., P&B. Série Urbanose. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FERNANDES, António Teixeira. **O espaço social e suas representações.** Porto: VI Colóquio Ibérico de Geografia, 1992. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2020.

HESS, Rémi. **Présentation de la troisième édition.** In: LEFEBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain.** Paris: Anthropos, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1970].

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

_____. **Introdução à Modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969 [1962].

_____. **Introduction to Modernity: Twelve Preludes September 1959-May 1961** (Translated by John Moore). London/New York: Verso, 1995 [1962].

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones.** Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983 [1980].

_____. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

_____. **Révolution urbaine.** Paris: Gallimard, 1970.

_____. **L'irruption de Nanterre au sommet.** Paris: Editions Syllepse, 1998 [1968a].

_____. **Toward an architecture of enjoyment.** Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2014.

_____. **Vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Editora Ática, 1991 [1968b].

LOREA, Ion Martínez. Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: *La Producción del Espacio.* Madrid: Capitán Swing, 2013, p. 9-30.

SCHMID, Christian. **A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma Dialética Tridimensional.** GEOUSP espaço e tempo, São Paulo, N°32, p. 89- 109, 2012.

SERPA, Ângelo. **Por uma geografia das representações sociais.** OLAM - Ciência & Tecnologia. Rio Claro/SP, Brasil Vol. 5 No 1 Pag. 220 Maio / 2005. Disponível em: <http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

Recebido em Maio de 2021.

Aprovado em Junho de 2021.